



PODER

Governo pede ao Tesouro Nacional o repasse de R\$ 7,8 bilhões para os pagamentos, em meio às negociações com o Congresso visando a aprovação das três propostas de cortes de gastos. Maiores recursos são para Saúde e Fazenda

Pacote fiscal turbinava liberação de emendas

» ISRAEL MEDEIROS
» JÚLIA PORTELA

O governo federal pediu, ontem, ao secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, a liberação de R\$ 7,8 bilhões em emendas parlamentares. A solicitação ocorreu um dia depois de o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizar a retomada dos pagamentos, bloqueados desde agosto. Os ministérios com mais repasses de recursos são o da Saúde (R\$ 4,1 bilhões) e o da Fazenda (R\$ 3,2 bilhões).

Também há montantes de outras seis pastas: Agricultura e Pecuária (R\$ 13,4 milhões), Educação (R\$ 177,6 milhões), Integração e Desenvolvimento Regional (R\$ 166,8 milhões), Turismo (R\$ 5 milhões), Desenvolvimento Social (R\$ 43,6 milhões), e Cidades (R\$ 129,1 milhões). A expectativa é de que os valores sejam efetivamente pagos até sexta-feira, segundo o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP).

Em 2024, o Executivo já pagou R\$ 30,72 bilhões em emendas, incluindo valores indicados em anos anteriores, sendo R\$ 19,2 bilhões em emendas individuais; R\$ 8,2 bilhões em emendas de comissão (coletivas); R\$ 4,35 bilhões de bancadas estaduais e R\$ 2 bilhões remanescentes das emendas de relator (RP9). Os dados são do portal Siga Brasil, do Senado.

Depois da decisão de Flávio Dino — que foi confirmada pelo plenário do Supremo —, houve certa irritação por parte de líderes no Congresso. Isso porque o ministro condicionou o pagamento à adoção de medidas de transparência na indicação e no pagamento dos recursos, depois de o Congresso ter aprovado um projeto que, em teoria, já resolveria esses mesmos problemas. Na prática, no entanto, houve poucos avanços na rastreabilidade e na transparência dos repasses.

Para evitar problemas com o Congresso — do qual depende para aprovar os três textos do pacote de cortes de gastos até 20 de dezembro —, o governo fez um aceno ao Legislativo e prometeu

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



A Câmara deve votar, hoje, pedido de urgência para projeto sobre corte de gastos, apresentado por líder do governo

enviar, ontem, um embargo de declaração ao STF sobre o assunto. Esse instrumento é usado quando uma das partes envolvidas em um processo tem dúvidas sobre o que o juiz quis dizer em uma decisão.

Nesse caso, o Executivo quer entender se valerá o PLP 175 de 2024, aprovado pela Câmara e pelo Senado; ou se o que valerão serão os critérios da decisão de Flávio Dino.

“Acabei de expor isso para o presidente da Comissão Mista de Orçamento; para o relator do Orçamento de 2025, o senador Angelo Coronel (PSD-BA); para todos os líderes dos partidos na Comissão Mista de Orçamento: a posição

do governo é a defesa do acordo que foi firmado entre o Congresso Nacional e o Executivo e dialogado anteriormente”, disse Randolfe Rodrigues.

Durante a discussão sobre as emendas, o debate do Orçamento de 2025 foi atrasado na Comissão Mista de Orçamento. O **Correio** mostrou que o atraso para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) poderia comprometer os recursos do governo no início do próximo ano, já que, sem votar a LDO, a União não teria como utilizar 1/12 avos do Orçamento anterior, conforme prevê a lei.

Randolfe disse, no entanto, que agora as coisas “estão fluindo”. Na avaliação

dele, será desafiador para o governo e para o Congresso aprovar o pacote fiscal da Fazenda e a Lei Orçamentária Anual nas próximas semanas, mas o senador acredita que será possível. Ele afirmou que a LDO será votada até a próxima sexta-feira.

“Estamos trabalhando com um cronograma, que é necessário não para o governo, é necessário para o Brasil. Precisamos aprovar o conjunto das matérias fiscais que foram encaminhadas para cá, porque nós temos uma forte turbulência internacional, sobretudo pelas medidas que o novo presidente dos Estados Unidos pretende adotar na economia”, ressaltou.

Texto dos militares deve sair em breve

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a proposta de alterações sobre a previdência dos militares, parte do pacote fiscal do governo, “está vindo para o Congresso”, mas que depende da tramitação entre os ministérios até chegar à avaliação da Casa Civil.

As declarações ocorreram ontem, após uma reunião de Durigan com o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e vice-líderes na Câmara.

“A proposta sai do Ministério da Defesa, outros ministérios fazem avaliação, e isso é encaminhado para a Casa Civil. Isso está vindo para o Congresso”, declarou o secretário.

Questionado se há um prazo para o envio do projeto sobre os militares ao Parlamento, Durigan disse que os textos estão sendo concluídos.

“Sim, nós estamos concluindo, estes dias, todos os projetos de lei que dizem com a moderação do crescimento da despesa, para que isso tudo seja votado neste ano, esse foi um apelo que fiz aos vice-líderes. Acho que a gente tem um bom caminho aí para esses próximos dias”, destacou.

Perguntado sobre quando será enviado, respondeu: “Devem estar chegando. Eu não consigo confirmar, porque agora depende de os ministérios todos avaliarem e mandarem para a Casa Civil, para a Casa Civil remeter para cá. Mas isso vem.”

Já o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que o envio do texto sobre os militares envolve a escolha do “momento adequado”. Segundo ele, há um processo de revisão dos textos que irão compor os ajustes para a categoria.

Sobre o envio do projeto de isenção do Imposto de Renda, vai depender de uma avaliação política, segundo Ceron. Ele ponderou, contudo, que independentemente de a apresentação ocorrer neste ano ou no próximo, a discussão do tema só ocorrerá efetivamente em 2025.

PEC de corte de gastos é encaminhada à CCJ

O governo federal protocolou, ontem, na Câmara, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que faz parte do pacote de corte de gastos e define, entre outros pontos, limitação a super-salários, maior rigidez na verificação de quem pode receber benefícios sociais e mudanças em vinculações de recursos a órgãos públicos e fundos. Por se tratar de uma iniciativa do governo e não de um parlamentar, não há necessidade de recolher assinaturas para que o texto comece a tramitar.

A PEC contém, ainda, a previsão de uma lei complementar para a concessão, ampliação ou prorrogação de incentivos ou benefícios tributários; o limite com vinculações de receitas a despesas até 2032; o limite ao abono salarial e a previsão de que o Executivo poderá reduzir ou limitar as despesas com concessão de subsídios, subvenções e benefícios financeiros durante a elaboração ou execução do Orçamento.

Na PEC enviada à Câmara, há uma justificativa assinada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Nela, o titular da pasta diz que a economia do país está em um crescimento constante e que o arcabouço fiscal deu previsibilidade aos agentes econômicos. Afirma, no entanto, a preocupação com o crescimento nas despesas da União.

“Além dos efeitos macroeconômicos indesejáveis, o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias afeta os gastos discricionários do governo central, especialmente os investimentos, que têm fortes efeitos multiplicadores sobre o emprego e

Ed Alves/CB/DA.Press



No texto, Haddad mostra preocupação com o crescimento nas despesas da União

À espera de relator

A proposta está registrada como PEC 45/2024. Segundo a plataforma da Câmara, o texto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O despacho ao colegiado foi feito pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

a renda, consistindo, portanto, de instrumento necessário à preservação do crescimento econômico”, detalha o ministro.

Para tentar acelerar a votação do pacote de corte de gastos, que inclui um projeto de lei, um projeto de lei complementar e, agora, uma PEC, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), apresentou um requerimento de urgência para o Projeto de Lei 4.614 de 2024, apresentado por ele próprio, e que deve ser votado hoje.

Esse é o texto que contém as principais mudanças apresentadas pelo

Principais pontos	
Veja alguns dos trechos da proposta	encaminhado para o ensino integral.
>> Supersalários Estabelece que apenas as parcelas indenizatórias poderão ser excluídas de limites remuneratórios, todo o resto será limitado pela lei.	>> Desvinculação e FCDF Desvincula de órgão, fundo ou despesa 30% da arrecadação da União com contribuições sociais. Valerá até 2032. A desvinculação não terá efeitos sobre o Fundo Constitucional do Distrito Federal, que tem os repasses mantidos.
>> Incentivos tributários Prevê que Lei complementar vai estabelecer as condições e limites para concessão, ampliação ou prorrogação de incentivos ou benefícios tributários.	>> Limites em vinculações Restringe, até 2032, o gasto com novas vinculações de receitas a despesas.
>> Benefícios sociais Torna mais rígida a comprovação de identidade para receber benefícios sociais.	>> Abono salarial Limita o abono salarial e inclui a correção do valor de corte pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).
>> Fundeb Estabelece que 20% do valor repassado pela União ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) pode ser	>> Subsídios Prevê que o Executivo pode reduzir ou limitar, durante a elaboração ou execução do Orçamento, as despesas com concessões de subsídios, subvenções e benefícios financeiros.

governo, como alteração no cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF); a limitação do aumento real do salário mínimo e novas regras para a concessão e a manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Bolsa Família.

A meta do governo é aprovar todos os

projetos até 20 de dezembro. O Congresso precisa aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) — esta última com detalhes das previsões de receitas e de despesas para todo o ano que vem. **(IM e JP)**

Leia mais sobre o FCDF na página 13